

## Processo de descolonização

### Domingos Lopes

Alguém escreveu esta verdade: a democracia portuguesa é filha da Revolução de Abril. Acrescentamos que sendo a Revolução portuguesa, no essencial, consequência da luta do povo português contra a ditadura fascista é também consequência da luta dos povos irmãos de Moçambique, Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

A Revolução de Abril também teve na sua gestação a luta dos povos das ex-colónias contra o inimigo comum, a ditadura fascista.

O fascismo que reprimia e oprimia o povo português oprimia e reprimia os povos das ex-colónias. O fascismo perseguia em Portugal os que ousavam pronunciar-se contra a guerra colonial e o colonialismo e sobretudo os que se manifestavam solidários com o PAIGC, o MPLA e a Frelimo. O fascismo perseguia, torturava e assassinava os patriotas e revolucionários das ex-colónias que lutavam pela independência dos seus países.

Os avanços da oposição em Portugal que rompera com a proibição fascista de tratar do tema colonial eram avanços para a luta dos movimentos de libertação nacional.

Os avanços políticos, militares e diplomáticos dos movimentos de libertação nacional eram sentidos pelas forças democráticas, em Portugal, como se dos seus próprios se tratassem.

Contra o inimigo comum, lutando por diversas formas, entre o povo português e os povos submetidos ao colonialismo forjaram-se laços de amizade e solidariedade.

Foram laços de sangue. E a cor do sangue é a mesma. Por isso, diante dos opressores, a cor apagava-se e nascia a resistência comum, o respeito mútuo e a solidariedade recíproca.

O derrube do regime fascista e a conquista da independência dos povos de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau foram o resultado da confluência destas diferentes lutas travadas por povos que se fizeram irmãos lutando contra o inimigo comum.

Inédito na História da libertação dos povos: o povo do país que colonizava povos liberta-se fazendo coincidir esse processo com o da libertação dos povos submetidos ao colonialismo desse país.

Só o 25 de Abril permitiu resolver esse gravíssimo problema nacional, o problema colonial. Só este facto atribuiria ao 25 de Abril um significado de amplitude mundial.

O fascismo, o colonialismo e a guerra colonial fizeram de Portugal um país colonizador e simultaneamente colonizado. Portugal tomou-se um dos países mais atrasados, senão o mais atrasado da Europa e um país dependente externamente. O prosseguimento da guerra colonial, apoiada pelos círculos mais retrógrados da NATO, contra a vontade do povo português, agravou ainda mais as condições de vida deste último e impediu o desenvolvimento de Portugal. A guerra beneficiava apenas os monopólios associados ao imperialismo. A guerra colonial prosseguida pelos fascistas significava maior dependência externa, atraso, miséria e isolamento internacional.

A Revolução ao estender a ponte de Abril aos companheiros de luta contra o inimigo comum, aos movimentos de libertação nacional, grangeou prestígio mundial. Pôs termo à aberração histórica que era em 1947 o colonialismo. A Revolução mostrou ao mundo outra face de Portugal, a face do novo Portugal livre, democrático, pacífico, independente.

As armas que há muito se tinham levantado contra o colonialismo e o regime de Salazar e Caetano juntaram-se agora as armas dos oficiais do MFA para liquidar a mais velha ditadura da Europa.

O imperialismo e a reacção interna tudo tentaram para que o PAIGC, a Frelimo, o MPLA e mais tarde o MLSTP não assumissem o poder nos países respectivos. São de assinalar a coincidência dessas tentativas com as que em Portugal tinham como objectivo liquidar a jovem democracia.

Os que aqui estavam metidos no 28 de Setembro, no 11 de Março, estavam também ligados a tentativas neocolonialistas para impedir que o PAIGC, a Frelimo, o MPLA e o MLSTP fossem considerados como únicos e legítimos representantes dos povos da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e S. Tomé e Príncipe, respectivamente.

Efectuando a descolonização em estreita colaboração e cooperação com os movimentos de libertação nacional, a Revolução de Abril lançou as sementes para um futuro relacionamento entre Portugal e os novos países africanos, tão necessário à defesa da independência nacional.

A descolonização permitiu, salvo no caso de Angola e Timor, um modelar relacionamento com os novos países africanos de expressão oficial portuguesa que bastaria, nos nossos dias, a vontade política de caminhar por esta porta que também Abril abriu.

Portugal multi-secular fechou um passado de isolamento com chave de ouro.

No que se refere a Timor os órgãos de soberania devem actuar conformemente preceitua a Constituição. No caso de Angola há sérias responsabilidades do lado de certas forças políticas que apostando no neocolonialismo, acabaram por impor no VI Governo a decisão política de não reconhecer a RPA em 11.11.1975.

O mais grave ainda, foi, não só não ter emendado o erro, mas também ter ainda prosseguido uma política em relação a Angola, de permanente e consciente conflito. As autoridades portuguesas têm

permitido à UNITA e outros grupos fantoches, marionetes do imperialismo e dos racistas, uma actuação livre e impune em território português, que obstaculizou o desenvolvimento das relações com aquele país como repetidas vezes tem sido afirmado por altos dirigentes da RPA.

Trata-se de uma política aventureira, teleguiada de Washington e Pretória que fere os interesses portugueses.

Chegou-se ao paradoxo dos paradoxos: em solo pátrio, a UNITA não só propagandeia acções de raptos de portuguesas e portugueses (mulheres, religiosas e religiosos, e crianças) como também ameaça de morte alguns desses mesmos compatriotas ...

A Cimeira de Bissau entre os Presidentes Agostinho Neto e Ramalho Eanes permitiu desbloquear situações, mas os sucessivos governos de Portugal em vez de aproveitarem as vias abertas, têm primado em tentar fechá-las.

O brio patriótico, a dignidade nacional, como componentes da política externa portuguesa impõem o fim das actividades hostis aos novos países em solo português.

Pretendem alguns que as relações de Portugal com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, deveriam colocar-se ao serviço de projectos de feição neocolonialista. Entendemos que devem estar exclusivamente ao serviço dos interesses dos povos e países respectivos.

O capital político que une os povos dos países de expressão oficial portuguesa e o povo português resultante da actividade convergente das forças progressistas em Portugal e do MPLA, Frelimo, PAIGC e MLSTP, não deve ser alienado por nenhum preço.

Não fora a cooperação estabelecida antes e ao longo do processo de descolonização entre os anti-colonialistas e progressistas portugueses e os dirigentes do PAIGC, MLSTP, Frelimo e MPLA e o relacionamento de Portugal e aqueles países seria hoje muito mais difícil.

O 25 de Abril, acto dos mais altos da nossa História, afirmação da vontade de progresso social dos portugueses, decerto modo apagou a imagem passada de Portugal e apresentou-o perante o mundo como país que empreendeu a todos os títulos uma descolonização exemplar.

Certos recuos verificados no relacionamento com alguns dos novos países, frutos de visões amputadas da dimensão portuguesa (projecto de integração europeia abençoado e apadrinhado pela alta finança internacional), de cegueira política (protecção e guarida a inimigos daqueles países), mostram como alguns dos que estiveram contra a descolonização continuam hoje a jogar a cartada do neo-colonialismo.

As relações de Portugal, seja qual for o Governo, com a R.D. de S. Tomé e Príncipe, com a R. de Cabo Verde, com a R. da Guiné-Bissau, com a RPM e a RPA são um valioso instrumento para se defender a nossa independência nacional.

Só foi possível cicatrizar as feridas profundas de séculos de colonialismo e treze anos de guerra colonial porque os capitães de Abril e as forças progressistas portuguesas souberam cooperar com os movimentos de libertação como forças convergentes na luta comum contra o inimigo comum. A Revolução na nossa Pátria soube contribuir e contribuiu para que outras pátrias independentes nascessem.

Sem dúvida que para que isto sucedesse, papel importante foi desempenhado por todas aquelas e aqueles que sob a ditadura fascista ousaram combater o colonialismo e a guerra colonial.

Como comunista entendo necessário acrescentar o seguinte: o PCP foi o único partido que como tal defendeu claramente a completa independência das ex-colónias portuguesas. Na longa luta que travou contra a ditadura, pelo fim do colonialismo e da guerra colonial, o PCP estabeleceu com o PAIGC, o MPLA, a Frelimo, laços de amizade, solidariedade e de cooperação. Foram esses laços os contactos possíveis na base do respeito, em pé de igualdade, entre representantes dos povos de Portugal e dos povos das ex-colónias.

No Portugal de Abril esses laços reforçaram-se. Sendo o resultado de afinidades ideológicas, eles têm estado e continuarão a estar ao serviço do reforço das relações entre Portugal e os novos países africanos de expressão oficial portuguesa. Os comunistas portugueses defendem que, seja qual for o governo, é do interesse de Portugal, desenvolver a todos os níveis, na base dos princípios da igualdade, não ingerência, reciprocidade de vantagens, as relações com S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.